

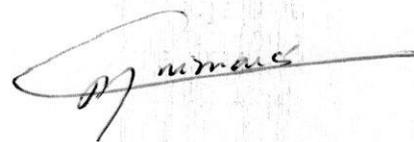
1 **Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos**
2 **Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – CBH-PN3.** Aos vinte e nove de
3 junho de dois mil e dezesseis, às 9 horas e 30 minutos, na sede da AMVAP
4 – Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paranaíba, em
5 Uberlândia, reuniram-se os membros do Comitê no total de 20
6 conselheiros entre titulares e suplentes, sendo eles: Maurício Garvil(ACII);
7 Maria Martins Pedrosa(AMVAP); Gustavo B. Malacco da Silva(ANGÁ); Elza
8 Carolina Davi O. Martini(AMEDI); Nilo André B. Filho e Cristina Garvil
9 (CAIAPÔNIA); Luiz Henrique Martins(NEOAMBIENTAL); Roberto
10 Parente(ARPA-SV); Marina Ligia de O. Rocha(PM UBERLÂNDIA); Oldair de
11 Lima Almeida (PM CAPINÓPOLIS); Allan Mota(IGAM); José Maria C. Júnior
12 (SEMAD); Hideraldo Buch (SES); Marcel Leonardo Nogueira(SAE
13 ITUIUTABA); Fabianna S. Muller(USINA CORURIPE); Hélio Divino Alves (SPR
14 CAPINÓPOLIS); Jean de Carvalho Breves(CEMIG); Kétria Cristina Walter,
15 representando o conselheiro Thiago A. do Nascimento(FIEMG); Anamaria
16 Moya(HIDROSAL) e Marcelo G. Guimarães(SCR ITUIUTABA). O presidente
17 do Comitê, Marcelo Gouveia Guimarães, verificou o quórum favorável e
18 iniciou a sessão com um Pai Nosso. Foi feita leitura da Ata da 45ª reunião
19 e foi aprovada, sendo que a representante da Fiemg, Kétria Cristina
20 Walter e o suplente do Caiapônia, Nilo, se abstiveram. Antes de dar
21 sequência a pauta, o presidente Marcelo Gouveia, passou a palavra para
22 informes dos presentes. O presidente do Fórum Mineiro, o conselheiro do
23 PN3, Hideraldo Buch fez algumas considerações a respeito do Encontro
24 dos Comitês, o ENCOB, que vai acontecer em julho em Salvador. Falou
25 também da reunião do colegiado mineiro que foi realizada com novo
26 secretário de meio ambiente, Jairo José Isaac, onde todos conselheiros
27 puderam conhece-lo e disse também que o colegiado e os representantes
28 do Fórum estão em negociação para liberação dos recursos do Fhidro que
29 estão parados no IGAM. Falou da reunião do Comitê Federal do Rio
30 Grande em Poços de Caldas realizada no dia 28 de junho com a parte
31 mineira onde foram eleitas todas as entidades para compor o comitê. A
32 posse dos conselheiros será dia 10 de agosto. Disse ainda que a Angá
33 estará compondo a titularidade no Comitê Federal do Rio Grande.
34 Passando a palavra para o conselheiro Nilo André Bernardi Filho, ele disse
35 que a ANA vai fazer um Sistema de Outorga, estão lançando também um

M. Gouveia

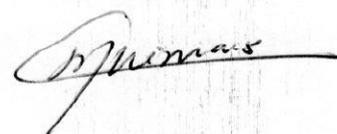
36 projeto Pró Comitê, para fortalecer os comitês, não falaram muito sobre
37 isso. (O conselheiro Hideraldo Buch complementou este pensamento
38 falando que é um projeto da ANA para repasse de recursos para os 215
39 comitês do país). Nilo continuou dizendo que em setembro vai acontecer
40 uma oficina sobre Enquadramento pelo Comitê do Paranaíba. Falou do
41 Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas, tratamento de esgotos
42 urbanos. Em seguida, o conselheiro Allan Oliveira Mota do IGAM se
43 apresentou falando que agora estará mais próximo deste comitê no lugar
44 do conselheiro Robson, também do IGAM, ele falou da estruturação do
45 comitê, lembrou que algumas licitações já foram feitas e deram desertas e
46 terão que ser refeitas, que o processo está lento devido à greve dos
47 servidores. Jean fez uso da palavra e falou da adequação do regimento
48 interno dos comitês. Ai disse para todos os conselheiros ficarem atentos,
49 depois da publicação desta Deliberação Normativa os comitês terão 180
50 dias para adequar. O presidente disse que esta publicação será no ENCOB.
51 Disse que o PN3 já vai montar um grupo de trabalho para isso. Gustavo
52 Malacco lembrou que toda adequação precisa também ser passada para
53 IGAM para o jurídico analisar. Agora é preciso aguardar a publicação.
54 Depois da fala dos conselheiros o presidente seguiu com o item da pauta:
55 **Análise e deliberação dos pedidos de vista referente ao Plano de Ação de**
56 **Recursos Hídricos da Unidade de Gestão dos Afluentes Mineiros do Baixo**
57 **Paranaíba (PARH PN3).** O Conselheiro Gustavo Malacco esclareceu que o
58 que precisa ser feito é aprovar as recomendações dos pareceres de vista
59 que vão ser incorporados ao PARH do PN3 e que irão para a audiência
60 pública. O conselheiro Jean, falou que não há uma proposta formal onde
61 conste o barramento geral, existe barramento para mineração e
62 hidrelétricas, para irrigação, lazer, paisagismo, não está escrito, para
63 abastecimento público pode fazer barramento lá, é isso que está em
64 questionamento, para restringir um uso a Cemig pede um estudo mais
65 abrangente. Gustavo Malacco ressaltou que em relação aos irrigantes não
66 há viabilidade financeira para barramentos desse tipo na calha do rio
67 Tijuco, e que a proposta de restrição não restringe a captação direta no rio
68 e a instalação de barramentos nos tributários. Malacco destacou que os
69 estudos da Fundação Biodiversitas são suficientes para identificar a área
70 sujeita à restrição de uso, pois foi resultado de um workshop com a

M. Malacco

71 presença dos maiores pesquisadores de ictiofauna em Minas Gerais, que
72 apontou a calha do rio Tijuco como de extrema importância para
73 conservação da ictiofauna. Malacco ressaltou que caso exista algum
74 estudo que demonstre que a calha do rio Tiuco não é importante para
75 conservação da ictiofauna, o estudo deveria ser apresentado na reunião
76 ao Comitê. Voltou as discussões em relação a barramento de usina
77 hidrelétrica, na fala do Zé Maria, que levantou a dúvida se eles vão
78 restringir área que é utilidade pública. Zé Maria também questionou se as
79 ações propostas pelo Comitê seriam mesmo executadas no futuro. Allan
80 do IGAM colocou que é preciso tentar, precisamos fazer, se lá na frente
81 não der vamos tentar de outra forma. Carolina Martini da AMEDI, falou
82 que a restrição é apenas o que está sendo aplicado na legislação. O
83 presidente disse que quando aprovaram o Plano do Paranaíba, eles
84 colocaram área de restrição no Tijuco e questionou se o comitê poderia
85 indicar uma área sujeita à restrição de uso no PARH. Allan do IGAM
86 esclareceu que a competência de indicar as áreas sujeitas à restrição de
87 uso que serão inseridas no Plano Diretor de Recursos Hídricos é do
88 comitê. Lembrou que a bacia é dos conselheiros e que são eles que a
89 conhecem. Disse ainda que são os conselheiros que tem competência para
90 dizer o que querem dentro da bacia. Lembrou ainda que não indicar nada
91 é que pode acarretar em problema lá na frente, e que é apenas uma
92 indicação de uma área SUJEITA a restrição de uso, depois disso vai ser
93 trabalhada pelo conselho estadual. Disse que os conselheiros estão
94 apontando uma área que conhecem e que acreditam que seja sujeita a
95 condições de uso. O conselho estadual não vai determinar uma área de
96 restrição de uso sem estudo suficiente. Neste momento o conselheiro
97 Gustavo Malacco recomendou a discussão e deliberação dos pareceres
98 (AMEDI, ANGÁ, CEMIG, Prefeitura de Uberaba, FIEMG) para incorporação
99 ou não ao conteúdo do PARH do PN3 que irão para a audiência pública.
100 Em virtude da ausência do representante da Prefeitura de Uberaba,
101 destacou que o parecer da prefeitura já estava superado, visto que o CBH
102 PN3 realizará audiência pública, e que o IGAM já apresentou parecer da
103 procuradoria sobre os questionamentos quanto ao rito processual de
104 aprovação do PARH. Sobre o parecer da FIEMG recomendou que a
105 instituição apresentasse suas alegações. A proposta do conselheiro Jean é



106 criar um parágrafo com a alteração. Malacco retirou o parecer de vista
107 elaborado pela ONG Angá sobre o PARH da discussão, e que apoia o
108 conteúdo do parecer 02.AMEDI. Sendo assim, Malacco propôs a plenária
109 que aprovasse o parecer 02.AMEDI, e que deliberasse separadamente os
110 itens “1” e “2” da última folha do parecer 02.AMEDI para incorporação ao
111 PARH CBH PN3 para discussão na audiência pública. A plenária foi
112 convidada a votar a inclusão do item “1” do parecer 02.AMEDI assim
113 constituído: *1 - considere os produtos e/ou estudos apresentados no*
114 *documento "Biodiversidade em Minas Gerais: Um Atlas para sua*
115 *Conservação (Atlas Biodiversitas)", e portanto, identifique a calha do rio*
116 *Tijuco como área sujeita à restrição de uso com vistas à proteção dos*
117 *ecossistemas aquáticos, em especial a ictiofauna migradora e/ou*
118 *ameaçada de extinção; foram 15 votos a favor, 01 voto contrário da*
119 *Cemig, Jean , 03 abstenções, IGAM, Allan, Fiemg, Kátia e Fabiana da Usina*
120 *Coruripe; Em seguida a plenária foi instruída a votar no item “2” do*
121 *parecer 02, sendo: , 2 - recomende ao órgão competente que*
122 *empreendimentos que causem mudanças significativas no regime lótico na*
123 *calha do rio Tijuco, como por exemplo, a construção de barramentos, não*
124 *sejam outorgados e/ou licenciados, e o resultado da votação foi 15 votos a*
125 *favor, 01 voto contrário da Cemig, Jean , 03 abstenções, IGAM, Allan,*
126 *Fiemg, Kátia e Fabiana da Usina Coruripe. Posteriormente colocou-se em*
127 *discussão um item do parecer de vista da CEMIG, que recomendava:*
128 *Exclusão dos conteúdos obsoletos do PARH relacionados aos “Critérios*
129 *para minimização de conflitos entre empreendimentos hidrelétricos e*
130 *outros usos” entre as páginas 145 e 148, até o início do texto da*
131 *Deliberação 48/2014 do CBH Paranaíba; O conselheiro Jean, esclareceu*
132 *que esta deliberação já foi incorporada ao Plano, tudo que tinha*
133 *anteriormente no plano ficou obsoleto, esse conteúdo ficou sem sentido.*
134 *Foi sugerido a criação de um parágrafo introdutório pelo IGAM, que*
135 *destaque o histórico das discussões que aconteceram em relação ao*
136 *PARH, que motivou a Deliberação 48/2014, sendo que o texto será*
137 *incorporado ao PARH CBH PN3 para discussão na audiência pública, e*
138 *posteriormente aprovado na deliberação do Plano do PN3. A plenária*
139 *aprovou de forma unânime esse item. Desta forma foi finalizado este item*
140 *da pauta e deram sequência com a marcação da data da audiência pública*



141 do PARH PN3. Allan do IGAM apresentou a questão jurídica para o
142 procedimento de realização desta audiência. Ele falou dos tramites
143 burocráticos, 15 dias para publicação edital, mais 15 dias para publicar no
144 IOF, divulgação da audiência por 45 dias. Os conselheiros levantaram a
145 questão financeira para esta realização, e os conselheiros lembraram que
146 o Comitê tem recursos do FIDRHO retido no IGAM. Malacco falou da
147 importância do Comitê fazer seu papel, precisa andar sozinho, se tiver
148 ajuda do IGAM melhor, se não tiver vamos trabalhar e buscar soluções
149 juntos. Desta forma foi definida para outubro uma vez que este ano é
150 eleitoral. Ficando a princípio definido dia 18 de outubro. Os itens de pauta
151 para eleição para o cargo de Secretário Executivo da Diretoria do CBH PN3
152 e Recomposição dos membros da CTIL / PN3 foram adiados para a
153 próxima reunião; Nada mais havendo a tratar o presidente Marcelo
154 Gouveia agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Uberlândia,
155 29 de junho de dois mil e dezesseis.

156



157 Marcelo Gouveia Guimarães

158 Presidente do CBH-PN3